

## **XXIII Conferência Internacional de Lisboa**

### **Sessão temática**

### **Prioridades para a Acção Externa de Portugal**

### **Relações Bilaterais**

### **As Relações Bilaterais Portugal – Timor-Leste**

Pascoela Barreto . Embaixadora de Timor-Leste em Portugal

A assinatura dos Acordos de Nova Iorque por Portugal e Indonésia, sob os auspícios do Secretário-Geral das Nações Unidas Kofi Annan, abriu caminho ao processo de consulta que teve lugar em 30 de Agosto de 1999 onde 78,5% dos timorenses votaram a favor da independência. Na sequência desta escolha, milícias pró-integracionistas com o apoio dos militares indonésios desencadearam uma onda de destruição e violência deixando o território alagado em chamas e em cinzas, provocando a morte de mais de um milhar de timorenses, centenas de milhares abandonaram as suas casas e os seus haveres procurando refúgio nas igrejas, nas montanhas e, mais de 200 mil foram obrigados a fugir para o Timor Ocidental. Edifícios públicos, habitações, infra-estruturas, tudo foi arrasado. Não ficou um único serviço a funcionar. A reacção tardia das Nações Unidas chegou finalmente a 20 de Setembro com a entrada da INTERFET no território e a reposição da ordem, da paz e da segurança. Em 25 de Outubro de 1999 o Conselho de Segurança aprovou a Resolução 1272 que criava a UNTAET – Administração Transitória das Nações Unidas, responsável por toda a Administração, incluindo a autoridade legislativa, executiva e judicial.

Os princípios que sempre nortearam a política do Estado português relativamente a Timor-Leste foram reafirmados pelo Presidente da República Dr. Jorge Sampaio na declaração de 7 de Maio de 1999 sobre o “Acordo de Timor-Leste” entre Portugal e a Indonésia, sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas de que “ ... Portugal está pronto a assumir todas as suas obrigações resultantes do acordo, antes e depois da consulta. Nesse quadro, quero referir a nossa disponibilidade permanente para desempenhar todas as responsabilidades de Portugal como potência administrante. No caso de os Timorenses escolherem o caminho da independência, Portugal está pronto para cooperar, no âmbito das Nações Unidas, na transição pacífica para a independência, em especial nos planos político-institucional, administrativo e de segurança”. Assim, em Junho de 1999, com o objectivo de garantir a coordenação e a execução dos programas e das acções de cooperação e de apoio aos timorenses, foi nomeado o Dr. Pe. Vítor Melícias para o cargo de Comissário para o Apoio à Transição em Timor-Leste (CATTL). Era uma estrutura leve, funcional, permitindo respostas rápidas à situação de emergência em que se vivia no território.

As imagens de violência transmitidas pelos vários canais de televisão presentes no território para dar cobertura ao processo de consulta, despertaram um pouco por todo o lado mas, sobretudo, em Portugal, uma onda de solidariedade nunca vista. Instituições, empresas e milhares de cidadãos anónimos quiseram dar o seu contributo através do Gabinete do CATTL, que para isso criara um fundo de solidariedade com conta aberta na Caixa Geral de Depósitos. Estas doações permitiram fazer face aos inúmeros pedidos de ajuda que diariamente chegavam de Timor-Leste.

As necessidades das populações eram enormes, com falta de casas, roupas, comida, água potável, assistência médica e medicamentosa, tornando premente que as ajudas do exterior chegassem em tempo recorde por forma a minimizar o sofrimento das famílias que

entretanto, foram regressando às suas terras e cujas habitações haviam sido, na sua maioria, destruídas. Viveram-se momentos inesquecíveis de demonstrações de solidariedade, de iniciativas carregadas de imaginação. Toda essa movimentação da sociedade portuguesa forjou fortes laços afectivos e de solidariedade entre o povo timorense e o povo português cuja intervenção no terreno era aceite naturalmente e muito acarinhada pelas populações locais.

As acções da cooperação foram dirigidas para as carências mais prementes como a assistência humanitária e a reconstrução de infra-estruturas (reconstrução do edifício da ACAIT onde se instalou a Embaixada portuguesa, as casas para os professores e alguns “monumentos considerados de valor histórico”).

Passada a fase de emergência, as atenções passaram a concentrar-se no processo de reconstrução e desenvolvimento do país e orientadas para as áreas consideradas prioritárias: a educação e a reintrodução da língua portuguesa, a capacitação institucional e apoio ao desenvolvimento económico e social.

Em relação à educação e à reintrodução da língua portuguesa, a intervenção portuguesa tem centrado os seus esforços na formação de professores e professores formadores quer para o ensino básico, quer para o secundário e técnico-profissional. A língua portuguesa é cada vez mais a língua do ensino, da administração pública e do Parlamento. De realçar que até ao 7º ano de escolaridade toda a aprendizagem é feita em língua portuguesa. A Escola Portuguesa, a funcionar em Díli, ocupa um lugar destacado no ensino sendo procurada pela sociedade timorense como uma das melhores possibilidades de proporcionar uma formação de qualidade. As instalações carecem de ampliação urgente, conforme contemplado no Plano Anual de Cooperação para 2005.

A nível do ensino superior, foi assinado um protocolo entre a Fundação das Universidades Portuguesas (FUP) e a Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL) permitindo a deslocação de professores de várias universidades portuguesas a Timor-Leste para leccionarem nas áreas de Língua Portuguesa e Culturas Lusófonas, Engenharia electrotécnica, Engenharia informática, Agronomia, Economia e Gestão. Está previsto para breve o início, ainda durante este ano lectivo de 2005-2006, do curso superior de Direito. Merecem uma referência as aulas dadas por videoconferência, entre Lisboa e Díli, para formação em língua portuguesa de professores e agentes da administração pública, promovidos pela Universidade Aberta em coordenação com o Banco Mundial.

Na capacitação institucional a cooperação portuguesa tem contribuído com assessorias técnicas para os vários departamentos da administração pública e com acções de formação dos recursos humanos timorenses, incluindo estágios em Portugal e cursos de Língua Portuguesa. Este apoio abrange todos os Ministérios, com maior incidência no Ministério da Justiça, uma área estruturante com repercussões imediatas no quotidiano dos timorenses. Neste sector é de realçar o curso para formação dos magistrados timorenses que está a decorrer em Díli, ministrado em língua portuguesa e com a duração de dois anos e meio.

No campo da formação profissional, uma componente fundamental para o desenvolvimento económico e social do país, destaca-se o apoio dado ao Centro Nacional de Emprego e Formação Profissional, em Tíbar, que tem vindo a realizar uma série de cursos para formação de operários especializados em áreas relevantes para o processo de construção do país.

Sendo a agricultura uma área fundamental para a redução da pobreza, uma das prioridades do Plano Nacional de Desenvolvimento, a cooperação portuguesa em articulação com o Ministério da Agricultura e Pescas de Timor-Leste tem apostado no Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural através do Centro Agro-Florestal Quinta de Portugal, em Aileu e, o Centro Tecnológico de Café integrado no Centro Tecnológico e Agro-Florestal de Ermera. Têm trabalhado com as populações locais numa estratégia de transferência de conhecimentos e tecnologias.

Há também que salientar o apoio para a reabilitação do sistema de captação e do aqueduto de água da Ilha de Ataúro, tornando possível o abastecimento de água potável à população e as actividades do GERTIL no ordenamento do território e informação geográfica, donde resultou a elaboração do Atlas de Timor, dados para a demarcação das fronteiras terrestres, o planeamento urbano das cidades de Díli e de Baucau ainda em elaboração.

De acordo com o Programa Indicativo de Cooperação (2004-06) do IPAD, estão previstas intervenções do GERTIL num conjunto de áreas tais como a legislação cartográfica, a inventariação e catalogação dos recursos naturais e sistema de gestão ambiental, capacitação e formação dos serviços de geografia e cadastro, definição de uma política ambiental, criação de estruturas de gestão e instrumentos de protecção e valorização do património cultural e um programa de geminações com municípios portugueses.

Desde os Acordos de 5 de Maio de 1999, entre Portugal e a Indonésia, no quadro da cooperação, de âmbito bilateral e multilateral, Portugal tem-se empenhado e tudo tem feito para apoiar Timor-Leste no seu processo de construção e desenvolvimento. Antes de terminar gostaria de aproveitar esta ocasião para manifestar um profundo agradecimento a Portugal e, obviamente, a todo o povo português, o apoio, a amizade e a solidariedade para com Timor-Leste, 8º país da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e único país de língua portuguesa na região do sudeste asiático onde Timor-Leste está inserido.

Muito obrigada.